

CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Liberdade para quem?

No documento que define as prioridades do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, o governo manifesta o compromisso na defesa das liberdades individuais e na promoção de direitos humanos. Não é o que se vê no país, quando se considera ataques a servidores da Anvisa e a jornalistas, a resistência à vacinação de crianças contra a covid-19, ou o flagelo dos índios atingidos pela pandemia e por grileiros.

Desfalque no crime

As ações integradas de segurança pública, sob coordenação do Ministério da Justiça, sustaram mais de R\$ 1,5 bilhão do caixa do crime organizado na Região Centro-Oeste em 2021. De janeiro a novembro deste ano, houve 37 operações conjuntas em todo o país. É um aumento de 35% em relação ao ano passado. O trabalho resultou na apreensão de 352 toneladas de drogas, 9.432 armas e mais de 33 mil pessoas presas.

Mais inteligência

Para efeito de comparação, esse volume de recursos equivale a uma parcela expressiva do total de investimentos em inteligência e informação na segurança pública. Segundo levantamento da CNN, o país gastou, em 2019 e 2020, R\$ 1,9 bilhão nessas duas áreas estratégicas para o combate ao crime organizado.

Logística clandestina

O Ibama também está mobilizado contra o crime. Uma operação de fiscalização em Roraima desarticulou um esquema clandestino de fornecimento de combustível para helicópteros e aviões. Esse combustível era retirado do aeroporto de Boa Vista e levado até pistas de pouso clandestinas que serviam de apoio logístico ao garimpo ilegal de ouro e cassiterita dentro da reserva Yanomami. As ações do Ibama resultaram na aplicação de R\$ 8,4 milhões em multas, além da apreensão de 76 aeronaves, de 25 veículos e de mais de 100 mil litros de combustível. Os bens avaliados somam quase R\$ 70 milhões.

Brasil pode aumentar prestígio na ONU se defender meio ambiente

A partir de janeiro de 2022, o Brasil volta a integrar, em caráter temporário, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. É a volta ao prumo na política externa brasileira, após o apagão da “diplomacia severina” capitaneada por Ernesto Araújo. O retorno do Brasil ao Conselho de Segurança, após 11 anos de ausência, ocorre em meio a um esforço do G4 – grupo formado por Alemanha, Japão, Brasil e Índia – para tornar efetiva uma reforma no colegiado da ONU.

Na lista de prioridades do Brasil no reingresso ao Conselho de Segurança, o chanceler Carlos França indicou os compromissos para a manutenção da paz mundial. As intenções brasileiras não chegam a ser novidade, mas são importantes para reafirmar a tradição da diplomacia fundada por Rio Branco.

Uma lacuna na carta de compromissos brasileira é a defesa intransigente do meio ambiente. Não é segredo para ninguém que a crise climática se trata de uma questão de segurança global de primeira grandeza. Os alertas emitidos pela COP 26, em novembro, e as dificuldades globais em reduzir a emissão de gases poluentes constituem uma ameaça que, necessariamente, precisa ser tratada no âmbito do Conselho de Segurança.

Eis aí uma oportunidade para o Brasil assumir um papel de relevante projeção internacional, de modo a consolidar sua posição na cúpula da ONU. Meio ambiente será, cada vez mais, assunto de interesse de todas as nações, ricas ou pobres.



Tempo perdido

Na entrevista ao *CB.Poder* concedida ontem, o deputado distrital Chico Vigilante (PT) relembrou uma conversa que teve, no Palácio da Abolição, em Fortaleza, com o então governador Tasso Jereissati (PSDB-CE). O diálogo reflete o espírito político do momento. Segundo o relato do petista, o tucano lamentou as duas legendas — que protagonizaram a luta partidária por seis eleições presidenciais — não terem tido a sabedoria de unir seus melhores quadros em favor do país. Vigilante acredita que é possível, sim, recuperar o tempo perdido.

Suplicy com covid -19

O vereador e ex-senador Eduardo Suplicy (PT-SP) testou positivo para covid-19. Nas redes sociais, ele relatou um quadro de tosse e cansaço, e afirma que a intensidade dos sintomas é “pequena”. Suplicy disse que se sentiu “no dever de informar a todas as pessoas”, especialmente as que estiveram com ele nos últimos dias.

A luta continua

O petista reforçou que completou a terceira dose do imunizante contra a doença no dia 3 de dezembro, e atribui à vacina a “pequena intensidade” dos sintomas. “Continuo a pedir a Deus que me dê saúde para intensificar a minha jornada para a instituição da Renda Básica de Cidadania Universal e Incondicional, viajando por todo o Brasil defendendo a proposta”, concluiu.



Espero que eu não tenha que retornar antes”

Presidente Jair Bolsonaro, alvo de uma enxurrada de críticas por passar férias em Santa Catarina enquanto as chuvas atingem a Bahia e outros estados.

LAVA-JATO

Moro entra na mira do TCU

Tribunal de Contas cobra esclarecimentos de empresa que contratou ex-juiz e atuou na recuperação judicial da Odebrecht

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União (TCU), determinou que o escritório Alvarez & Marsal revele quanto pagou ao ex-juiz Sergio Moro depois que ele deixou a empresa, em outubro deste ano, para se lançar na política. A decisão ocorreu após pedidos do Ministério Público, apresentados pelo subprocurador Lucas Furtado.

O MP argumentou que a Corte deve obter as informações para avaliar se houve suposto conflito de interesses ou ainda “favorecimentos, manipulação e troca de favores entre agentes públicos e organizações privadas”.

Para o órgão, a investigação

é necessária, porque Moro proferiu decisões judiciais e orientou as condições para celebração de acordos de leniência da Odebrecht, empresa alvo da Lava-Jato. Em seguida, foi trabalhar para a consultoria que faz a administração da recuperação judicial da mesma empresa.

No despacho, Bruno Dantas determinou que seja feito o levantamento de todos os processos de recuperação judicial em que a empresa atuou no período da operação, em ordem cronológica, para acompanhar a evolução dos negócios da companhia.

“Com vistas a obter toda documentação relativa ao rompimento do vínculo de prestação de serviços com o ex-juiz Sergio

Moro, incluindo datas das transações e valores envolvidos”, escreveu o ministro nos autos.

Em manifestação anterior, Dantas afirmou que os atos de Moro “naturalmente” contribuíram para a quebra da Odebrecht — e quer saber se a Alvarez & Marsal foi beneficiada por eles.

Moro encerrou seu contrato com a empresa em 31 de outubro. Filiou-se ao Podemos para concorrer à Presidência da República em 2022.

O escritório Alvarez & Marsal é uma consultoria especializada em reestruturação de empresas em dificuldades financeiras, gestão de crises na administração judicial de companhias em recuperação judicial ou que já decretaram falência. Tem entre

seus clientes a Odebrecht, além de outras companhias investigadas na Lava-Jato, como a OAS.

Moro negou qualquer irregularidade. “Não enriqueci no setor público e nem no privado. Não atuei em casos de conflito de interesses. Repudio as insinuações levianas do Procurador do TCU a meu respeito e lamento que o órgão seja utilizado dessa forma”, declarou via Twitter.

“Trabalhei 23 anos na carreira pública. Lutei contra a corrupção neste país como ninguém jamais havia feito. Deixei o serviço público e trabalhei honestamente no setor privado para sustentar minha família. Nunca paguei ou recebi propina, fiz rachadinha ou comprei mansões”, concluiu Moro.



Moro: “Não enriqueci no setor público nem no privado”

TEMPORAIS

Ciro vê calamidade no Piauí

O ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, afirmou, ontem, que o presidente Jair Bolsonaro (PL) vai reconhecer o estado de calamidade em áreas afetadas por chuvas no Piauí. Nogueira disse que o chefe do Executivo determinou que sejam feitos esforços para minimizar os transtornos com a queda de um trecho da rodovia PI-247, no sul piauiense. Ainda na Região Nordeste, quatro ministros do governo Bolsonaro atuam para socorrer as vítimas dos temporais na Bahia (**leia mais na página 6**)

“O governo federal vai reconhecer o estado de calamidade pública na região, o que vai viabilizar os recursos necessários às medidas, que já estão sendo tomadas por ordem do presidente Bolsonaro”,

afirmou o ministro no Twitter.

As chuvas no sul do Piauí causaram o transbordamento do rio Parnaíba, localizado na cidade de Uruçuí. Além disso, devido à correnteza, um trecho da estrada da PI-247 rompeu na última segunda-feira. Com isso, 15 comunidades estão isoladas, e a produção agrícola, uma das principais forças econômicas do local, encontra-se suspensa.

O estado tem sido atingido pelas chuvas intensas desde semana passada. Segundo a Prefeitura de Uruçuí, os temporais têm prejudicado principalmente os habitantes da região ribeirinha. Ao menos 12 famílias ficaram desalojadas. Na zona rural ainda não há informações sobre o número de desabrigados. Imagens

divulgadas nas redes mostram fazendas e residências totalmente alagadas.

Prerrogativas

O advogado Karlos Gad Gomes, especialista em direito público, explica que a decretação do estado de calamidade é uma prerrogativa reservada para as esferas estadual e municipal e que pode ser solicitada pelos representantes locais. “Mas precisa ser reconhecido pela União, a fim de que recursos federais sejam alocados para o ente afetado. Uma vez reconhecida a calamidade, o governo também define o montante de recursos que destinará ao ente afetado”, afirma.

A Constituição também

Enquanto isso, em Santa Catarina...

Reprodução/Rede Sociais



O presidente Jair Bolsonaro tem sido alvo de duras críticas nas redes sociais. O chefe do Executivo viajou para Santa Catarina e tem aparecido em diversos vídeos andando de moto aquática e pescando, enquanto diversos estados sofrem com as enchentes. A hashtag #BolsonaroVagabundo foi o assunto mais comentado do Twitter durante todo o dia de ontem. Ao chegar a Santa Catarina, o presidente afirmou que foi “tirar uma folga”.

permite que, em casos de calamidade pública, o governante tome empréstimos compulsórios, parcelas dívidas, atrase a

execução de gastos obrigatórios e antecipe o recebimento de receitas. A lei também determina que as cidades afetadas sejam

dispensadas de licitação para as contratações que visem a aquisição dos bens necessários ao atendimento da população. (LP)